

Comunidade Universitária discute a Reforma do Estatuto da UFRRJ

A Reforma do Estatuto da UFRRJ é uma antiga reivindicação da ADUR-RJ, que conclama a participação da comunidade neste debate. A seção sindical atuará como *elemento mobilizador neste processo.*



Eleitos representantes da ADUR-RJ no 54º CONAD

ANDES-SN pede a MPF investigação de convênio que beneficia presidente do Proifes

NOTAS

Uma delegação de três haitianos visitou o Brasil, em junho, com o objetivo de reforçar a campanha internacional pela retirada das tropas de ocupação da Organização das Nações Unidas – ONU do Haiti, que está no país desde 2004, e

denunciar a situação de carência, pobreza extrema e falta de soberania em que vive a mais pobre nação das Américas. O Haiti possui 80% da sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, com uma expectativa de vida de apenas 51 anos.

Professor agredido na Federal do Amazonas

A Comunidade da Universidade Federal do Amazonas organizou-se para repudiar publicamente a violência na instituição. Recentemente, o professor Gilson Monteiro foi agredido em sala de aula por Mansur e Amin Aziz, irmãos do vice-governador Omar Aziz (PMN). Conforme testemunho de estudantes, o professor dissertava sobre ética e citou vários casos para exemplificar os fatos, quando discutiu a omissão na imprensa quanto ao envolvimento de Omar Aziz na CPI da Prostituição Infantil. A sobrinha do vice-governador, Samara Aziz, demonstrou sua insatisfação com o comentário e retirou-se de sala, afirmando que o professor não possuía provas para fazer tal declaração. A aluna telefonou para os parentes, queixando-se do professor. Vinte minutos depois, os agressores entraram no auditório e deram socos e pontapés no docente. A Associação de Docentes da UFAM cobra uma atitude da Administração Superior, que demora a se pronunciar com veemência sobre fato tão grave, para responsabilizar os agressores - o que também inclui a aluna Samara Aziz.

Faculdade Particular funciona dentro da Estadual do Piauí

A Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí (Adcesp) vai denunciar ao Ministério Público Estadual o processo de privatização da Instituição de Ensino Superior. A Adcesp reuniu material que mostra o uso de salas de aula do campus da Uespi do município de Esperantina por uma faculdade particular. Outra denúncia a ser levada para investigação do Ministério Público é a contratação de uma fundação privada, a Fundação de Apoio à Uespi (Fauespi), sem licitação, que está realizando a arrecadação de taxas cobradas pela Instituição de Ensino Superior, arrecadação de taxa de confecção da carteira de estudantes da universidade, de inscrição em concursos, dentre vários serviços. A fundação é presidida pela reitora da Uespi, Valéria Madeira e tem como “sócios-fundadores” empresas privadas.

“Fomos informados que o campus da Uespi de Esperantina abriga uma faculdade particular, que ocupa quatro salas de aula e outros espaços da Universidade, o que é um absurdo. Enquanto isso, os estudantes denunciam a falta de professores e total abandono por parte da Administração Superior”, reclama o presidente da Adcesp, Daniel Solon, que aponta indícios de irregularidades na também na contratação da Fauespi. “Cabe ao Ministério Público investigar estas questões”, completou.

Acesse www.adur-rj.org.br

Ato contra o PLP 92/07 realizado em Brasília

No dia 17 de junho, foi realizado, em Brasília, um grande ato público contra o PLP 92/07, que cria as fundações estatais de direito privado no serviço público. A manifestação contou com a participação de quatro mil servidores públicos, que, em passeata, protestaram em frente a Esplanada dos Ministérios.

O PLP 92 extingue a garantia constitucional de que o governo financiará os serviços públicos, inclusive os essenciais, ao possibilitar a contratação de trabalhadores sem concurso. O referido Projeto de Lei já foi aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC e Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP da Câmara dos Deputados e pode ser submetido à votação do plenário da casa a qualquer momento.



Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurrij@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro Sampaio Magalhães.

Redação, edição e diagramação: Aline Pereira (25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares. **Distribuição Gratuita.**

Ex-dirigentes do ANDES-SN avaliam a regularização do registro sindical pelo MTE

A regularização do registro sindical do ANDES-SN pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE foi comemorada por todos que compartilham a luta por um sindicalismo autônomo, combativo e classista. Para os ex-dirigentes do Sindicato Nacional ouvidos pela reportagem, a reparação do erro cometido em 2003 pelo próprio Ministério – que suspendeu arbitrariamente o registro mesmo com decisões judiciais transitadas em julgado favoráveis à entidade – só confirma, juridicamente, a legitimidade do ANDES-SN.

Márcio Antônio de Oliveira, presidente entre 1992 e 1994, considera a regularização do registro sindical extremamente “revigorante”. “Nós que conhecemos a história da entidade sabemos da sua legitimidade, conquistada com muitas lutas em defesa da educação e dos docentes, mas essa decisão, além de coerente com decisões anteriores dos tribunais superiores, demonstra que estávamos no caminho certo”. Ele frisa que a regularização do registro sindical também é importante porque “mostra com clareza que o Sindicato está vivo e é reconhecido”. Márcio diz que a luta em defesa não só da educação e dos docentes, mas também em prol de um sindicalismo autônomo, combativo e classista, continuará árdua.

Outro ex-presidente, Paulo Rizzo (2006 a 2008), afirma que o ato do MTE confirma o que o Sindicato Nacional havia garantido no STJ e confirmado no STF desde a década de 1990. “O MTE nos deu o registro, cumprindo determinação judicial, suspendeu de forma arbitrária e hoje está corrigindo esse erro cometido em 2003. E o registro é importante principalmente no momento em que setores governistas têm tentado construir outras organizações para defender as políticas do governo. Ter o registro é uma legitimação para o ANDES-SN continuar cumprindo seu papel de defesa dos interesses dos professores e da universidade pública”.

O ANDES sempre foi legítimo e legal

Luís Henrique Schuch, presidente entre 1994 e 1996 e secretário-geral do Sindicato na gestão de Rizzo, ressalta: “o ANDES sempre foi legítimo e legal, mas vivemos num país extremamente cartorial, com uma Constituição que mantém certa ambigüidade ao estabelecer a liberdade de organização sindical e, ao mesmo tempo, a unicidade. As mentes mais tacañas ou oportunistas acabaram criando alguns entraves ao pleno exercício do direito de representação em nome dos docentes de todo o país. Neste aspecto, o restabelecimento do registro pelo MTE deve ser celebrado, pois consagra a boa luta que temos desenvolvido e pacifica a favor do ANDES as controvérsias que vinham sendo levantadas.”

Para Schuch, a regularização do registro fortalece o Estatuto do ANDES-SN e a concepção nele expressa, “isto é, além de constituir um sindicato de âmbito nacional com autonomia e democracia para defender direitos dos docentes enquanto trabalhadores, preserva a responsabilidade histórica de ser um dos mais importantes protagonistas na luta por um projeto de universidade que venha a ser efetivamente do interesse do povo brasileiro”.

Marina Barbosa (2004 e 2006) lembra que a regularização do registro sindical é fruto de uma árdua luta e de uma presença política

e sindical do Sindicato no cenário nacional. “O ANDES tem sido um agente presente na sociedade, apresentando propostas, críticas, e defendendo os interesses dos docentes de todas as IES. O governo foi obrigado a reconhecer isso, mas, temos muita luta pela frente”.

Maior vigor para a base

Maria Cristina de Moraes (1996 e 1998) reconhece que, juridicamente, a regularização do registro é muito significativa. “É um reconhecimento do Executivo de uma decisão do STF, mesmo que ainda seja parcial e não se estenda à representatividade dos professores particulares. Essa discussão será aprofundada durante o 54º CONAD, pois lutaremos pelo reconhecimento da representatividade dos professores das particulares. Esses colegas trabalham sob um alto grau de exploração e não podem ficar sem um sindicato combativo”, diz.

Para ela, essa vitória é “uma reafirmação da decisão do III Congresso Extraordinário (Brasília, 2008)”. Segundo Cristina, a decisão do MTE fortalece o Sindicato: “Revigora as bases e qualifica a entidade num momento em que há uma renovação de quadros nas IES e num momento de enfrentamento ao Proifes, que tinha como eixo central a sua tentativa de representar os docentes com o argumento de que o ANDES-SN tinha suspenso seu registro sindical”.

Docentes celebram mais uma conquista histórica em solenidade de reativação do registro sindical do ANDES-SN

Em 24 de junho, em Brasília, ocorreu a solenidade de restabelecimento do registro sindical do ANDES-SN, contando com a participação dos dirigentes do Sindicato Nacional. Na ocasião, foi entregue aos representantes do ANDES-SN a certidão pela qual o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Relações do Trabalho certificam o registro sindical do ANDES-SN.

Durante seu discurso, Ciro Correia, presidente do ANDES-SN, afirmou que essa é uma data muito importante na história do Sindicato Nacional, pois, ela consiste em uma “reparação de uma arbitrariedade perpetrada em 2003, contra uma categoria que construiu sua história na defesa da educação pública enquanto direito de cidadania, desde os duros tempos da ditadura, e que continua a fazê-lo com a mesma determinação no tempo presente”.

Disse ainda que, segundo o entendimento da base do ANDES-SN, “esse marco contribui para avançarmos na necessária conquista da liberdade plena de organização sindical que ainda tem impedimentos devido à unicidade sindical e ao imposto sindical vigentes, que esperamos superar no sentido de não continuar propiciando a constituição de sindicatos que tenham objetivos outros que não a estrita representação e defesa das respectivas categorias e dos direitos do conjunto da classe trabalhadora”.

Ciro Correia também reafirmou a disposição do ANDES-SN em reconquistar o direito de representar os docentes das instituições superior do setor privado que assim o desejem, pois, muitos professores de Instituições Particulares de Ensino Superior partilham dos mesmos princípios defendidos pelo Sindicato para a educação e para as condições de trabalho da categoria, “nos marcos das decisões judiciais a nosso favor conforme transitadas em julgado nas mais altas cortes do país nos anos 1990”.



ANDES-SN pede negociações efetivas nas paulistas

Durante a solenidade, representantes do ANDES-SN solicitaram ao ministro que interceda junto aos reitores das universidades estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) para garantir a retomada de negociações com a comunidade universitária e assegurar que as tropas da Polícia Militar não voltem a ocupar nenhum campus universitário.

A solicitação foi levada ao ministro pelo Prof. Francisco Miraglia, da Associação dos Docentes da USP. “Queremos contar com seu apoio para solicitar ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – CRUESP que abra, de fato, uma negociação efetiva com docentes e técnicos, e garanta a retirada da PM do campus da USP”, disse.

Carlos Lupi afirmou que é terminantemente contrário à presença da PM nas IES. “Acho um absurdo colocar polícia em qualquer universidade do planeta. Entretanto, minha opinião pessoal não tem o mesmo peso da minha opinião como ministro”.

Conforme sugerido pelo ministro, o ANDES-SN protocolou documento para que Lupi tome as providências cabíveis para oficializar uma posição do ministério.

ANDES-SN pede a MPF investigação de convênio que beneficia presidente do Proifes

Em 24 de junho, o ANDES-SN solicitou ao Ministério Público Federal – MPF a abertura de inquérito civil público para investigar o convênio firmado entre a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e o Ministério do Planejamento que estaria beneficiando diretamente o presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo. A representação foi entregue ao procurador-chefe da República no Distrito Federal, Lauro Pinto Cardoso Neto, pelo presidente do Sindicato, Ciro Correia, que esteve acompanhado pelo advogado Shigueru Sumida e pelos membros da Comissão Nacional de Mobilização – CNM.

Os questionamentos do ANDES-SN se baseiam em diversos documentos públicos (todos disponíveis em www.andes.org.br), entre eles a Portaria nº 471/08 do Ministério do Planejamento - MP, que prevê o repasse de R\$ 370 mil à UFSCar para execução do projeto “Elaboração de Ferramentas que Possibilitem a Realização de Estudos para

a Reestruturação dos Cargos e Carreiras no Serviço Público Federal”. Até o momento, o governo repassou R\$ 18 mil a Gil Vicente Figueiredo.

Em abril deste ano, o ANDES-SN havia encaminhado ao ministro Paulo Bernardo (Planejamento) e ao reitor da UFSCar, Targino de Araújo Filho, pedidos de esclarecimento sobre o convênio. Até hoje, nenhuma resposta foi encaminhada ao Sindicato. Ao ministro, o ANDES-SN questionou se o notório conflito de interesse e a falta de isenção das partes envolvidas no projeto não ferem as normas e princípios que regem a administração pública.

“Em 2007, já como presidente do Proifes, Gil Vicente participou do grupo de trabalho instituído pelo MP para estudar e avaliar o assunto que agora é objeto do convênio”, lembra José Vitório Zago, 1º Tesoureiro do Sindicato. No ano passado, durante as negociações relativas à campanha salarial dos docentes do ensino superior, Gil Vicente apoiou o governo, assinando o acordo salarial que foi

recusado pela base do movimento docente. O ANDES-SN ainda questionou ao ministro se os R\$ 370 mil destinados a esse programa em 2008 serão ampliados para R\$ 870 mil, como prevê o orçamento da União de 2009.

Ao reitor da UFSCar, o Sindicato Nacional questionou a situação funcional de Gil Vicente, já que não há informações no site da UFSCar de atividades didáticas a ele atribuídas desde 2004.

Na representação, o ANDES-SN considera que a administração pública “deve sempre atender aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, resguardando sempre a transparência e o interesse público em todas as suas ações para, entre outros aspectos, garantir a ausência de favorecimentos e conflito de interesses nos acordos, contratos e ajustes dos quais faça parte”. Esses princípios garantem que os contratos não se desviem de sua finalidade, além de resguardar a necessária isenção de seus agentes.



Eleitos representantes da ADUR-RJ no 54º CONAD

O 54º CONAD será realizado entre os dias 16 e 19 de julho de 2009, em Curitiba-PR, sob o tema “Unir os trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais”. Conforme decisão de assembleia geral da ADUR-RJ (25/6/09), os professores Celia Regina Otranto e José dos Santos Souza foram eleitos delegada e observador do evento. Seus suplentes são, respectivamente, os professores Francisco de Assis da Silva e Lenir Lemos Furtado Aguiar - que, assim como os docentes indicados, também são diretores da associação.

O caderno original do evento já foi publicado e enviado às seções sindicais para que tenha ampla divulgação entre a categoria e possa subsidiar as discussões que serão levadas ao CONAD. O material também pode ser encontrado em www.andes.org.br ou em www.adur-rj.org.br

Câmara cancelou debate do PLP 92/07 e promoveu audiência sobre reforma universitária, que governo quer aprovar até dezembro

O ANDES-SN participou de audiência pública sobre reforma universitária, promovida pela Comissão Especial de Reforma Universitária da Câmara dos Deputados, em 7 de julho. Apesar de participarem como expectadores, os representantes do Sindicato Nacional intervieram no debate e enfatizaram os prejuízos que a reforma universitária vai trazer para a educação superior pública e para o País.

A Comissão Especial da Reforma Universitária, criada para analisar um conjunto de projetos de lei que trata da referida reforma, ouviu, segundo informações da comissão, representantes da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abrue), da Associação Nacional da Educação Católica.

Atualmente, além do Projeto de Lei n. 4.212/2004, do deputado Átila Lira (PSB-PI), a comissão analisa outros que tramitam na Casa, dentre eles, o projeto de

reforma universitária encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em 2006, o PL 7.200/06.

Segundo o deputado federal e relator da comissão, Jorginho Maluly (DEM-SP), atualmente há 14 projetos sobre reforma universitária em tramitação na Câmara dos Deputados, dos quais destaca quatro deles: o PL n. 7.200, do governo federal; o PL n. 4.212/04; o PL do deputado federal João Matos (PMDB-SC), no qual ele requer a incorporação do Projeto de Lei nº 4.336/04 ao Projeto de Lei nº 4.212/04; e o PL n. 5175/2009, da União Nacional dos Estudantes (UNE) – todos nocivos à educação pública, conforme considerações do ANDES-SN.

Governo: aprovação até dezembro

De acordo com Maluly, dez audiências públicas sobre a reforma universitária devem ser realizadas até dezembro deste ano. No entendimento do ANDES-SN, as discussões sobre tema tem que envolver de

forma expressiva a sociedade civil e os segmentos que fazem parte dos setores da educação superior. Para o ANDES-SN, a criação de uma comissão especial para tratar do assunto exclui do debate a participação de outras comissões e impede uma discussão maior com a sociedade e com a comunidade acadêmica.

De acordo com as regras da Câmara, a comissão especial tem caráter terminativo: o parecer a ser elaborado por ela vai direto para o Plenário para votação. Na audiência pública passada, o governo federal informou que pretende aprovar a reforma até dezembro deste ano. Na tramitação normal, os projetos de lei seriam analisados paulatinamente nas várias comissões até chegar ao Plenário para serem votados.

O ANDES-SN lembra que a reforma universitária do governo federal já está em curso por meio de decretos e portarias e com o consentimento do Ministério da Educação e conclama a sociedade civil e a comunidade acadêmica a se integrem às discussões.

STF permite aplicação da lei da Previdência para concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que trabalham em situação de insalubridade e de periculosidade

De acordo com informação veiculada na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal - STF, recentemente, os magistrados apreciaram e aprovaram a concessão do direito de aposentadoria especial aos servidores públicos que trabalham em situação de periculosidade e de insalubridade, segundo as regras do artigo 57 da Lei 8.213/31, que regulamenta a aposentadoria de celetistas.

Segundo entendimento do STF, os pedidos de aposentadoria especial devem ser analisados caso a caso e o solicitante deve provar que cumpre os requisitos previstos no artigo 57 §1º, da Lei 8.213/91.

PRECEDÊNCIA

A decisão do STF seguiu precedente (Mandado de Injunção - MI 721) do Plenário que, em agosto de 2007, permitiu a aplicação da norma a uma servidora da área da saúde, que teve sua aposentadoria negada por falta de

regulamentação do dispositivo constitucional que permite a aposentadoria especial no caso de trabalho insalubre e de atividades de risco.

A regra está disposta no parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal, mas depende de regulamentação. Por isso, pedidos de aposentadoria feitos por servidores públicos acabavam sendo rejeitados. Para garantir a concessão do benefício, o STF está permitindo a aplicação da Lei 8.213/91, que regulamenta a concessão de benefícios da Previdência Social.

Segundo informações do STF, foram julgados 18 processos de servidores, todos mandados de injunção – instrumento jurídico apropriado para garantir o direito de alguém prejudicado diante da omissão legislativa na regulamentação de normas da Constituição. Os ministros decretaram a omissão legislativa do presidente da República em propor lei que trate da matéria, que está sem regulamentação há mais de 10 anos.



COM INFORMAÇÕES DE “EXPRESSO DA NOTÍCIA” de 16/04/2009.

Os novos rumos da Universidade Pública



Universidade e Privatização

A remuneração do corpo docente das faculdades brasileiras também foi um ponto do debate. “Pela remuneração total ser muito baixa em relação à relevância social que a universidade tem no desenvolvimento na sociedade, e ainda com todos os elementos de insegurança nos salários, fica muito fácil fazer com que o corpo docente e técnico se mostre como mão de obra disponível e barata para os projetos específicos do setor capitalista dentro da universidade.” Para Ciro Correia, o corpo docente deve se organizar para pedir salários dignos. Ele defende que, mesmo com a crise, é possível aumentar as remunerações dos professores, e impedir que os mesmos se envolvam em projetos privados dentro do *campus*.

As intervenções de fundações de direito privado nas universidades foram duramente criticadas pelo professor. De acordo com ele, essa é uma parceria totalmente ilegal. As faculdades devem lutar para preservar sua autonomia, sem interferência do setor privado, alertou.

Ciro ressaltou a importância que os sindicatos possuem na luta contra essas tentativas de mercantilização da educação: “As lutas permanecem vivas e tenho certeza que a gente vai avançar, dentro da perspectiva daquilo que a gente defende, que é uma sociedade mais justa e inclusiva.”

Minérios dentro da Universidade

A professora Mirta Antonelli, da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, também questionou a interferência dos setores privados nas universidades. Entretanto, apresentou um outro modelo, diferente do que acontece no Brasil. Na Argentina, algumas universidades realizam parcerias com o governo e estão se tornando sócias de empresas de mineração.

A *Yacimientos Mineros de Agua de Dionisio* (Ymad), por exemplo, tenta se introduzir na instituição na qual a professora trabalha. Para Mirta, projetos como esse são absurdos, pois expressam que a universidade está a serviço dos interesses privados. Um dos pontos negativos apresentados nesta sociedade foi o fato de essas exploradoras estarem longe de possuir compromisso com o meio ambiente. Apesar de terem um discurso de responsabilidade social, são diretamente responsáveis pela contaminação dos lençóis freáticos com substâncias tóxicas.

Ela defendeu que o governo retome o controle

sobre a exploração de minérios e sobre a própria universidade, não permitindo financiamentos de empresas privadas. De acordo com Mirta, as universidades devem conservar sua autonomia, longe dos interesses das gigantes mineradoras.

Anos 90: mudança de paradigmas

O foco da palestra de Marcela Mollis, professora da Universidade de Buenos Aires, foram as reformas que as universidades sofreram na década de 90. Houve grandes mudanças, já que as instituições passaram pelo fim de um ciclo, iniciado no começo do século XX. Para ela, a principal diferença entre as universidades do período pós-década de 90 é a tendência globalizante atual. Também se pode observar uma mercantilização no *campus*, que, de acordo com a professora, representa um incentivo à negação do debate teórico dentro das faculdades. A universidade não deveria ser apenas uma distribuidora de diplomas, mas sim priorizar a valorização do conhecimento, no ponto de vista da docente argentina.

Ela também criticou duramente as privatizações e a entrada do setor particular nas universidades – mais uma tendência das reformas da década de 90 que devem ser revistas. A professora pautou, para o futuro, a necessidade de construção de uma nova identidade para as universidades, menos norteadas pelo setor privado. Marcela frisou a necessidade de união da comunidade dentro do *campus*, sem diferenciação entre estudantes, docentes e funcionários.

Universidades mais democráticas

O professor da Universidade Autônoma de Puebla, no México, Jaime Ornellas, ressaltou a necessidade da vinculação de sistemas educativos com um projeto de sociedade. Segundo ele, a relação entre ensino e construção de sociedade é intrínseca.

Ele apresentou ao público dois modelos de universidade atualmente em utilização na América Latina. O primeiro pressupõe a Educação como um serviço, um produto mercantil. O segundo prega um ensino laico, gratuito e autônomo. O professor criticou o primeiro modelo, acusando-o de vinculação com o capital privado. Além de retomar as intervenções anteriores sobre a influência do setor particular no ensino superior público, Jaime também afirmou sua postura contra o neoliberalismo, que, segundo ele, seria o responsável pela transformação da Educação em um produto.

FONTE: JORNAL DA ADUFRJ

A falta de verbas para a Educação foi a principal crítica da palestra de Ciro Correia, presidente do Andes-SN, durante o seminário latino-americano promovido pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ADUFRJ S. Sind, ocorrido em 1º de julho. Segundo dados trazidos por ele, em 2007, apenas 3% do PIB (Produto Interno Bruto) foi destinado ao ensino público.

Para Ciro, há discrepância entre o que é gasto atualmente e o que já foi proposto pelos educadores de todo país, no “Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira” (1997). Naquele documento, cobrava-se, ao fim de dez anos, a utilização de 10% do PIB em Educação. Em outro PNE que o Congresso Nacional aprovou, constava o índice de 7%, mas mesmo esse projeto sofreu vetos do então presidente FHC, que acabaram com os artigos de comprometimento financeiro. Resultado: se o projeto dos educadores tivesse sido aprovado, o país estaria investindo, anualmente, cerca de R\$ 235 bilhões; se o projeto aprovado no Congresso estivesse vigindo, sem vetos, R\$ 165 bilhões; se tomasse como base a média dos gastos dos países desenvolvidos em Educação, R\$ 117 bilhões; mas, na prática, só são destinados R\$ 62 bilhões (dados de 2007) ao setor. Segundo o professor, a maioria dos recursos federais vai para o pagamento da dívida externa e para a amortização de juros de dívidas internas. Sobraria, então, pouco para se investir em setores como Educação e Saúde.

Ele criticou também as propostas do Reuni e do Prouni, que serviriam mais como *marketing*, “para mostrar à sociedade que o governo investe em Educação, quando, na verdade, só faz medidas de contenção”. O baixo investimento em Educação, de apenas 3%, foi novamente lembrado por Ciro: “Os países desenvolvidos gastam, em média, 5% do PIB. O que o Brasil gasta é muito pouco para um país que precisa resgatar os enormes problemas que tem no setor educacional”.

Comunidade Universitária discute a Reforma do Estatuto da UFRRJ

Em 16 de junho, houve uma Plenária no Auditório Cine-Gustavo Dutra, convocada pela Administração Superior da UFRRJ e pela Comissão nomeada pelo Reitor e constituída pela Portaria nº 169/GR/UFRRJ, de 27/02/2009, para a condução dos debates públicos acerca da Reforma do Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A Comunidade Universitária foi convidada a comparecer também ao segundo debate, realizado em 1º de julho, quando se discutiu mais uma vez sobre a importância de se conduzir a reforma do estatuto na UFRRJ de forma mais democrática possível, contando com a participação de representantes dos três segmentos da Universidade e com ampla contribuição daqueles que quiserem apresentar críticas e sugestões.

O estatuto da UFRRJ apresenta-se ultrapassado, datado do período da Ditadura Militar e é importante adequá-lo à realidade desta Universidade, segundo os termos da legislação federal, respeitando-se as especificidades da UFRRJ na

contemporaneidade. As propostas de Estatuto apresentadas na Plenária do dia 16 de junho não têm caráter impositivo ou conclusivo, visando apenas, tal como documento base, sistematizar a discussão e orientar o debate da comunidade universitária, amplamente conclamada a tomar parte neste processo de reformulação dos documentos da Rural.

As propostas de reforma do estatuto e a metodologia de trabalho estão disponíveis para consulta na página eletrônica da ADUR-RJ (www.adur-rj.org.br) e no sítio da UFRRJ - (*http://www.ufrrj.br/graduacao/plenaria_estatuto/index.html). Ao acessar a página da UFRRJ, o visitante poderá participar do Fórum de discussões após efetuar cadastro.

Haverá nova reunião no dia 26 de agosto (quarta-feira), para a conclusão da plenária inicial dos trabalhos. Na ocasião, também serão estabelecidas as regras para composição dos Grupos de Trabalho (GTs) que discutirão o documento base já divulgado pela Comissão.

Comissão Organizadora

A Comissão constituída pelo Reitor, por meio da Portaria nº 169 é formada pelo Procurador Geral da UFRRJ, Paulino Farias Alves Júnior, um representante da administração superior Prof. Aluisio Jorge de Jesus Monteiro, e um representante de cada um dos *campi* da UFRRJ, sendo: Profa. Celia Regina Otranto (Seropédica); Profa. Ligia Cristina Ferreira Machado (IM); Carlos Frederico Menezes da Veiga (Campos) e José Ângelo Moreira (Três Rios).



ADUR-RJ aprova reforma do estatuto

Em assembleia da ADUR-RJ de 25 de junho, os presentes solicitaram que constasse em ata que a seção sindical aprova a iniciativa da Administração Superior em iniciar o processo de reforma estatutária, e que essa era uma antiga bandeira de luta da Associação de Docentes da UFRRJ. Deliberou-se que, na ocasião, a ADUR-RJ acatará a metodologia de trabalho e a proposta de composição de GTs aprovada pela *comunidade universitária* e que, atuará como *elemento mobilizador neste processo*, incentivando a participação nos debates.